



Ao sexto dia do mês de setembro, se realizou a quinta assembleia ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Volta Redonda.

Estiveram presentes Kadu Estevão (Tomada Filmes/Audiovisual), Leon Chaves (Setorial de Cultura Popular do CMPCVR), Rodinelli Ribeiro (Setorial de Música do CMPCVR), Margot Ramalhete (Setorial de Artesanato do CMPCVR), Aline Mara S. Ribeiro (Setorial de Artes Cênicas do CMPCVR), Josinete Maria Pinto (Secretaria de Políticas para as Mulheres e Direitos Humanos), Anderson de Souza (Secretário Municipal de Cultura), Ronel Leal da Fonseca (Secretaria de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão), Leni Maria S. Rodrigues (Centro Espírita Mãe Menininha), Zeni Pereira (Centro Espírita Mãe Menininha), Pedro Antônio Francisco (Setorial de Cultura Afro do CMPCVR), Clarissa Amaral (Estágio UFF), Délio Stênio (Folia de Reis), Vitorino Luis (Folia de Reis), Elisamarte Oliveira (Folia de Reis Nova Geração Candelária), Péricles de Araújo Junior (Centro de Dança ELO), Rafael Mendes (Setorial de Dança do CMPCVR), Ailan Alves (fotógrafo/educador), Ana Balarin (fotógrafa/ Samba do Abacateiro), Paulo A. Francisco (Folia de Reis Sagrada Família de Volta Redonda), Mestre Augusto da Silva (Folia de Reis Jornada Sagrada Estrela Divina Do Oriente), Maxuell/Mestre Xuel (Jornada Estrela Sagrada), Clarisse Netto (Secretaria Municipal de Cultura) e Caterina Galiotto Piloto (Setorial de Patrimônio do CMPCVR).

A presidente do CMPCVR Margot Ramalhete deu como iniciada a reunião solicitando a apresentação dos presentes pela primeira vez na plenária. Seguiu para os informes das reuniões agendadas da Comissão de Orçamento do Conselho Municipal de Política Cultural de Volta Redonda com o Secretário Municipal de Cultura Anderson de Souza e do CMPCVR com a Comissão de Cultura da Câmara Municipal, ambas no dia 13/09, às 15h e às 16h30, respectivamente.

O Conselheiro representante da Cultura Popular, Leon Chaves, iniciou os informes das Reuniões Setoriais falando sobre as reuniões realizadas com o setor que representa. Colocou como principais demandas o apoio e o fomento para compra de materiais, com a finalidade de confeccionar vestimentas e instrumentos musicais. O segmento entende que, na distribuição dos recursos do Art. 8º da Lei Paulo Gustavo, a premiação para os mestres das Foliás de Reis é a forma mais indicada, visto a facilidade na inscrição e exclusão da necessidade de prestação de contas.

A Conselheira representante das Artes Visuais, Giane de Carvalho, relatou que as propostas do setor estão concentradas na execução de festival de artes visuais, oficinas e projetos de narrativas históricas da cidade de Volta Redonda.

O Secretário de Cultura Anderson de Souza informou que o preenchimento do cadastro municipal de artistas, agentes culturais e trabalhadores da cultura não será obrigatório para participação de editais da Lei Paulo Gustavo. Entretanto, enfatizou que o cadastro seja realizado para fins de justificativas das ações da SMC, da geração de indicadores e do melhor entendimento do panorama da cultura da cidade. Informou que o mesmo se mantém permanentemente aberto no site oficial da SMC. Acrescentou, ainda, que as cidades da região do Médio Paraíba estão se organizando, através do Fórum de

Cultura do Médio Paraíba, para a realização de cadastro padronizado com as mesmas informações, com a finalidade de complementar e uniformizar os dados, especialmente para as cidades onde os cadastros estão bastante simplificados. A pessoa já cadastrada precisará somente inserir informações novas, quando o caso. O agente cultural do audiovisual Kadu Estevão colocou que o cadastro não é intuitivo, assim como as informações sobre os processos que envolvem as políticas culturais municipais, principalmente para as pessoas com maior dificuldade em traquejos digitais. A Conselheira Giane de Carvalho sugeriu, então, a criação de uma divulgação do cadastro através de vídeos para colaborar na solução dessa problemática. A secretária do CMPCVR e Conselheira representante do Patrimônio Catarina Galiotto Piloto sugeriu que permaneçam mantidos os cadastros presenciais, assim como o auxílio presencial constante aos agentes culturais que necessitem. A presidente Margot Ramallete acrescentou que é necessária ação coletiva para ajudar fazedores de cultura. O Conselheiro representante da Dança Rafael Mendes concordou que seria adequado que a SMC criasse vídeos formadores para auxiliar. O fotógrafo Ailan Alves colocou que a divulgação nas escolas é essencial e estratégico. O Secretário Anderson de Souza informou que atualmente o Instagram é o principal canal de divulgação da SMC, onde entende haver uma democratização de acesso. Indicou a necessidade de nos adaptarmos ao meio digital, visto que as políticas culturais estaduais e federais estão nesse ambiente e reafirmou que, quanto mais possibilidade de formação, maior as chances de participação.

Péricles de Araújo, representante do Centro de Dança ELO, relatou o baixo índice de profissionais da dança inscritos no cadastro municipal atual, e o Conselheiro Rafael Mendes enfatizou a importância do cadastro dos artistas para demonstração da existência do setor e das suas especificidades. Exemplificou com o fato das reuniões do CMPCVR ocorrerem sempre em horários das aulas de dança e esse ser um fator importante para impactar a participação política do setor.

A Secretária Catarina Piloto relatou sobre a reunião setorial de Cultura Afro e Patrimônio, realizada em conjunto. Considerando a maioria dos participantes sendo representantes de religiões de matrizes afro-brasileiras, se encaminhou uma reunião específica para este setor para o dia 20/09 às 18h30 no Memorial Zumbi. Ademais, as principais demandas colocadas foram a necessidade de apoio financeiro para realizar manutenção nos espaços e para as atividades lá realizadas. Também foi enfatizada a urgência da formalização das casas religiosas e o combate ao preconceito institucional, fator que aumenta a dificuldade dessa formalização. Nesse sentido, foi pensado em fomento para ações na desconstrução dos preconceitos e do racismo religioso. A representante do Centro Espírita Mãe Menininha, Leni Rodrigues, reforçou que a maior demanda é o auxílio na formalização, inclusive para impedir multas da prefeitura e inadimplências. O Conselheiro da Cultura Afro, Mestríssimo Pedro D'Água Limpa, colocou que estiveram por volta de 12 pessoas presentes na reunião, mas que estas representaram diversas outras, uma vez que os indivíduos foram representando as entidades e não a si próprios. Reafirmou a necessidade da realização de mais reuniões para o segmento da cultura afro. A presidente colocou a importância da realização do Fórum das Religiões de Matrizes Afro-brasileiras, uma vez que o segmento pode pensar em apresentar produtos culturais que produzem nas casas religiosas. Colocou, ainda, que esse reconhecimento pelas produções são também ações afirmativas. O representante da Secretaria de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão, Ronel Leal, sugeriu que os CRAS fossem procurados para prestar algum tipo de assistência. A Vice-presidente do CMPCVR

Aline Mara pontuou que as casas de religiões de matrizes afro-brasileiras são espaços culturais e, portanto, de prioridade da SMC.

O documentarista e historiador Erasmo Quiricci alertou para o fato do município de Volta Redonda nascer de uma experiência histórica de transformação de um país rural em urbano, da cidade enquanto exemplo de cidade-empresa (company town) e que a defesa dessa identidade é essencial. Demandou, então, a criação de um museu digital com acesso a fotografias antigas para a preservação dessa memória. O Conselheiro Rafael Mendes sugeriu a criação de um museu da revolução industrial e pontuou que o resgate da memória da dança também é uma necessidade. O Secretário Anderson colocou que manifestações que nasceram nos anos 1980 já estão sendo esquecidas e que, portanto, a Lei Paulo Gustavo poderia inserir uma linha de ação voltada para a documentação histórica.

O Conselheiro Rafael Mendes relatou sobre a reunião setorial de dança e informou que é uma demanda que o segmento esteja mais atrelado à Secretaria de Cultura do que à Secretaria Municipal de Esportes, fato que afeta também o cadastramento de artistas da dança. Colocou, ainda, a necessidade de inserir o Festival da Dança no calendário oficial e anual da cidade, garantindo sua execução. Péricles Araújo sugeriu a promoção de festivais e premiação das escolas de dança, visando a democratização da divisão dos recursos. A vice-presidente Aline Mara defendeu que o formato de utilização desses recursos poderia ser a realização de festival para uma empresa realizar e, então, definir as escolas contempladas. Alertou para a necessidade de estarmos atentos para que os recursos não fiquem centralizados em uma produtora.

A vice-presidente informou sobre o Encontro Setorial de Audiovisual e Arte Visuais realizado e que as questões específicas colocadas no encontro foram a realização de Fórum integrado com o município de Barra Mansa, a ser realizado no dia 16/09 no Teatro GACEMSS 2, e a alteração na Lei do Conselho para inserção da cadeira do audiovisual. Erasmo Quiricci colocou que a Lei Paulo Gustavo é extraordinária e que o grupo do audiovisual no município parecia estar desmobilizado, mas essa mobilização vem crescendo com as articulações do CMPCVR e em torno da Lei Paulo Gustavo. Pontuou que o cinema de entretenimento tem que estar separado do documentário, pelo seu apelo pedagógico, da história e da memória. Kadu Estevão desaconselhou a produção de longa metragem, por conta dos altos valores demandados para a produção. Opinou que a estética de documentários longos muitas vezes não atraem o público, mas reiterou a importância da formação e capacitação do setor e de novos agentes culturais. Erasmo Quiricci afirmou que, a depender do contexto, o documentário longo pode ser bem recebido e que são necessárias produções que registrem fatos cotidianos e locais. A presidente concordou, colocando que a etnia Puri ainda não foi extinta e fazem parte do patrimônio da cidade, assim como as raízes anteriores à instalação da CSN. O Secretário acrescentou que o edital Narrativas de Volta Redonda, realizado através de recursos oriundos da Lei Aldir Blanc, tentou trazer a característica de explanar o território da cidade, através de vídeos de agentes culturais realizando suas obras em Volta Redonda.

A Conselheira representante da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, Josinete Pinto, indagou se existem prazos para a realização dos encontros setoriais, visto que o dos Movimento Sociais não havia sido realizado. Solicitou que fosse feito, uma vez que o segmento abarca muitos grupos, como o da economia solidária. A Conselheira representante dos Movimentos Sociais, Cristina Cruz, informou que estava se mobilizando para agendar a data.

A Vice-presidente lembrou que as Câmaras Setoriais que não realizarem os encontros para oitiva dos seus pares, não irão participar dos processos de definição da utilização dos recursos.

O Conselheiro Rafael Mendes informou que o teatro da FEVRE está em manutenção e, em breve, será liberado para uso. Enquanto não é realizado o edital de ocupação do espaço, o mesmo deve ser solicitado pelo email da Fundação.

Não havendo maiores questões a tratar, a presidente encerrou a plenária.

Relatoria: Caterina Galiotto Piloto